



Desafios da comunicação da Embrapa para um diálogo interinstitucional no Território do Sisal (BA): continuidades e rupturas com o modelo difusionista¹

Selma Lúcia Lira Beltrão²

Doris Sayago³

Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO:

Este trabalho se propõe a analisar, de forma preliminar, as contribuições e limitações dos projetos de comunicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em desenvolvimento no recém-constituído Território do Sisal (BA) para a construção de um diálogo interinstitucional com os demais atores institucionais e sociais. Esses projetos têm como proposta democratizar o acesso às informações sobre tecnologias de baixo custo e fácil apropriação pelos agricultores familiares e socializar saberes, buscando a inserção dos mesmos no processo de desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, a Empresa se propõe a promover uma comunicação interativa, em substituição aos processos de comunicação unidirecional e descendente, praticados pela pesquisa no modelo difusionista.

PALAVRAS-CHAVE: Embrapa; comunicação; diálogo; políticas públicas; território

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (DT7), do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), na área de concentração de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia, e-mail: selma@sct.embrapa.br, selma.beltrao@yahoo.com.br

³ Orientadora do Trabalho – Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB e Pesquisadora Colaboradora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília- CDS/UNB, e-mail : doris.sayago@gmail.com

INTRODUÇÃO

A política de modernização da agricultura promovida no Brasil a partir de meados da década de 1960 foi induzida e totalmente subsidiada pelo Estado brasileiro. Essa política manteve as desigualdades da estrutura fundiária existente desde o período colonial e estimulou a adoção de pacotes tecnológicos⁴ no contexto da Revolução Verde⁵.

Esse processo beneficiou apenas os grandes e médios produtores, deixando quase a totalidade da agricultura familiar excluída do caminho de desenvolvimento e do acesso a canais de comunicação e sistemas de informação adequados às suas necessidades.

Os principais instrumentos de intervenção do Estado para pôr em prática sua estratégia de modernização da agricultura estavam baseados no sistema nacional de crédito rural, no fortalecimento do cooperativismo, do sistema nacional de pesquisa agropecuária e nos serviços de assistência técnica e extensão rural.

O papel da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural (ATER) oficial nesse processo foi o de praticar um modelo ofertista de tecnologias, nem sempre possíveis de apropriação ou adequadas à realidade dos agricultores. Havia também, por parte das instituições de pesquisa, uma relativa desqualificação dos agricultores e de suas organizações enquanto portadores de conhecimentos técnicos e de saberes, uma vez que esses eram tratados como objeto da ação comunicativa (receptores passivos) e não como sujeitos de um processo de transformação social.

Para o alcance dos seus objetivos, a pesquisa agropecuária e a ATER fizeram uso do chamado modelo difusionista, praticado por meio de métodos tradicionais de comunicação linear e vertical para convencer ou doutrinar os agricultores a modificarem seus significados e aceitar os pacotes tecnológicos.

O contexto acima descrito exigiu do Estado, nos últimos anos, a formulação e

⁴ Pacotes Tecnológicos – conjunto de técnicas/práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e são aplicados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR, R. C de - Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986, p. 42).

⁵ Modelo internacional que buscava o aumento da produtividade agrícola mediante alterações na base genética de um conjunto de espécies vegetais, articulada com o emprego de um pacote integrado de técnicas que incluía sementes, insumos químicos, irrigação e mecanização.



implantação de políticas públicas para promover a reversão do estilo de desenvolvimento rural conduzido desde a colonização e continuado pela estrutura oligárquica, com o objetivo de possibilitar a maior participação da sociedade civil na definição das políticas locais. Políticas que têm como base uma nova concepção de desenvolvimento, que consideram as necessidades urgentes de equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica sob a ótica da efetiva melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Mas, para atender a essas políticas dentro de uma nova concepção de desenvolvimento, as instituições de ciência e tecnologia precisam romper com o pensamento hegemônico de concepção linear-ofertista acerca da relação entre ciência, tecnologia e sociedade (DAGNINO e THOMAZ, 2001) que consubstanciou a modernização da agricultura brasileira. O que significa mudar sua práxis para promover maior intercâmbio intra e interinstitucional, o compartilhamento de saberes na produção e na difusão de conhecimentos e tecnologias e promover ações de desenvolvimento sustentável no nível local e territorial.

A recente adoção, pelo governo federal, de uma abordagem territorial sustentável para as políticas de desenvolvimento rural e social do País, tem exigido das instituições públicas de pesquisa, a exemplo da Embrapa, ações inovadoras a serem desenvolvidas no âmbito dos territórios rurais em articulação com os demais atores.

Neste sentido, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), enquanto empresa pública subordinada às políticas governamentais, implementou recentemente projetos de divulgação científica e tecnológica (C&T) e de gestão da informação com o objetivo de democratizar o acesso às informações técnico-científicas e socializar os conhecimentos gerados pela Empresa e parceiros com os saberes da agricultura familiar para fortalecer esse segmento, e inseri-lo no processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Alguns desses projetos estão em funcionamento no Território do Sisal (BA), situado no semiárido baiano.

Os projetos da Embrapa de divulgação de C&T que são objeto de análise desse trabalho são os seguintes: o programa radiofônico semanal *Prosa Rural* veiculado em mais de mil rádios comunitárias do País e as *Minibibliotecas*, que constituem um acervo multimídia para jovens de escolas públicas das áreas rurais.



E o de gestão da informação consiste em disponibilizar informações técnico-científicas específicas para o território, com linguagem simples, e em sistema Web, por meio de estrutura ramificada em forma de árvore (árvore hiperbólica), denominada *Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar para o Território do Sisal*. Esse sistema está sendo desenvolvido no âmbito do projeto Componente 3 - *Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território do Sisal*, do Programa Agrofuturo⁶.

Embrapa: da difusão tecnológica à busca da socialização do conhecimento para um diálogo interinstitucional

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 1973 para implementar a estratégia do Estado brasileiro de modernização e internacionalização da agricultura. Segundo Aguiar (1986), a constituição do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa, insere-se no amplo processo de reorganização do Estado brasileiro ocorrido a partir da segunda metade da década de 60.

Foi também na década de 1970, que o Brasil viveu um momento de “proliferação das Empresas Públicas para atuar em atividades de risco e que não eram passíveis de apropriação privada” (RODRIGUES, 1994, p. 173). Nesse contexto, além da Embrapa, foi criada em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater para integrar as iniciativas regionais e estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Para alcançar o aumento da produtividade agrícola desejada, a pesquisa agropecuária e a extensão rural adotavam a seguinte metodologia de trabalho: a partir da compreensão dos problemas enfrentados pelos produtores, a pesquisa gerava nos seus

⁶ O Agrofuturo – Programa de Apoio à Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão da Pesquisa Agropecuária é um programa do governo brasileiro financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sob a administração da Embrapa, desde o ano de 2006. Esse programa tem por finalidade contribuir para a melhoria da competitividade e da equidade do setor agropecuário brasileiro, por meio da socialização de conhecimentos que impulsionem a agricultura familiar, aí incluídas as áreas de produção, gestão, informação, mercado e comercialização. É formado por três projetos componentes, um deles é o Componente 3 – Núcleos Pilotos de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território, que funcionam como escritórios com base física instalados em quatro territórios rurais: Sisal (BA), Nordeste Paraense (PA), Grande Dourados (MS) e Zona da Mata Sul (PE), concebidos como instrumento de convergência de várias organizações, visando ao atendimento dos agricultores familiares numa perspectiva de resgate e geração de conhecimentos que respeitem e compreendam a sua dinâmica, mas também, como espaço de aprendizagem para uma convivência construtiva entre técnicos de diferentes saberes e desses técnicos com os agricultores (EMBRAPA, 2008).

centros ou estações experimentais pacotes tecnológicos⁷ – posteriormente denominados de sistemas de produção – para diferentes culturas e repassava para a assistência técnica e extensão rural, que iria estimular, por meio de processos de comunicação unidirecional, a adoção pelos produtores. Esse sistema tinha como filosofia o modelo difusionista.

A difusão de tecnologia ou, como se convencionou simplesmente chamar, o modelo difusionista⁸ que surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XX tendo como um dos seus principais teóricos o sociólogo Everett Rogers, “foi amplamente adotado no Brasil em suas políticas de comunicação e de desenvolvimento rural” (THIOLLENT, 1984, p.44), especialmente a modernização da agricultura.

Na perspectiva da difusão tecnológica, a comunicação tem caráter meramente funcionalista. Sendo, portanto, entendida apenas como meio de transmissão unidirecional de informações (mensagens de cunho técnico) do emissor (Difusor) para o receptor (Agricultor). Bordenave (1987) caracteriza este tipo de comunicação como relação superioridade-inferioridade, na qual os agricultores são vistos como objeto da ação (fontes passivas) e não sujeitos da mesma, uma vez que não há participação ou interferência desses agricultores no processo.

É importante lembrar, no entanto, que não existe participação sem a existência de comunicação, uma vez que “comunicação não é simples transmissão de informações, mas, sobretudo interação social que une ou separa os atores” (BORDENAVE, 1988, p. 68). E a socialização de conhecimentos, considerada no modelo difusionista apenas como acesso às informações, exige um processo de interação do sujeito com seu ambiente social, sendo, portanto, também um processo de comunicação.

Na década de 1980, com a redemocratização política no país e a consolidação da crítica rogeriana de Difusão de Inovações, criou-se um consenso entre os pesquisadores pós- paulofreirianos de que a comunicação participativa ou horizontal é ponto de partida para a construção de qualquer políticas socioeconômica e ambiental nas organizações governamentais e ONGs que lidam com contextos populares (CALLOU, 2006, p. 53).

Em 1990, ocorre o desmonte do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e

⁷ Pacotes Tecnológicos – conjunto de técnicas/práticas e procedimentos agronômicos que se articulam entre si e são aplicados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa (AGUIAR, 1986).

⁸ Modelo Difusionista – baseia-se no estudo das condições em que se dá o processo de introdução de novas tecnologias, sobretudo no meio rural. Adota a idéia reducionista de conhecimento como simples acesso a informações e atua no campo teórico da comunicação enquanto persuasão.

Extensão Rural (SIBRATER), a partir da extinção da Embrater no governo Collor, o que levou a Embrapa a criar canais próprios para a comunicação e a difusão tecnológica de seus resultados de pesquisa.

Mas, a maior parte dos resultados de pesquisa da empresa passou a ser divulgada em linguagem jornalística para o público em geral, por intermédio de veículos de comunicação de massa, e produtos de promoção institucional. Há, porém, poucas e exitosas experiências da Empresa nessa época em parceria com algumas Emater Estaduais, como a criação de programas de rádio ou TV dirigidos para os produtores rurais, a exemplo do programa televisivo Terra Sul produzido pela unidade de pesquisa da Embrapa situada em Pelotas (RS), em parceria com a Emater regional. Ainda assim, esses programas não tinham especificamente como público-alvo a agricultura familiar.

Enquanto as informações técnicas passaram a ser disseminadas por meio de publicações científicas, em linguagem técnica e em eventos especializados, aos quais os agricultores familiares e suas representações têm pouco ou nenhum acesso.

Na primeira metade dos anos de 1990, o governo federal promoveu a legitimação da agricultura familiar ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inscrevendo esse importante segmento de produtores no planejamento governamental.

A Embrapa, como empresa pública subordinada às políticas governamentais, a partir daí passou a reconhecer a importância crescente do conjunto da sociedade civil organizada do campo. E já em 1996, com a publicação de sua primeira Política de Comunicação, inseriu a agricultura familiar como público de interesse na busca de soluções para os problemas sociais e de sua área específica de atuação, isto é, a pesquisa agropecuária.

Em sua segunda edição da Política de Comunicação (2002), a Embrapa reconhece a necessidade de criar canais de comunicação segmentados para melhor adequar-se ao perfil dos seus públicos de interesse. Mas seus meios e produtos de comunicação continuavam dirigidos para o público técnico e acadêmico e o público em geral. Portanto, sem considerar as necessidades nem respeitar a identidade dos seus públicos específicos de interesse, como os agricultores familiares.

Em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo passou a priorizar estratégias de combate à pobreza e às desigualdades sociais

materializadas em uma agenda social que teve como instrumento principal o Programa Fome Zero⁹. Esse programa foi em seguida ampliado, com base nos princípios de transversalidade e intersetorialidade que previam a convergência de ações e programas federais para o desenvolvimento sustentável.

Assim, diversos ministérios e empresas do governo foram convocados a propor projetos e se integrar às políticas sociais em curso. A Embrapa, como empresa de pesquisa agropecuária, elaborou e aprovou, por intermédio de suas unidades de pesquisa e de serviços, diversos projetos no âmbito do Fome Zero.

Alguns desses projetos propõem-se a ser mais participativos e promover uma comunicação interativa. Em substituição aos processos de comunicação unidirecional e descendente, praticados pela pesquisa no modelo difusionista, que implicaram apenas em transmissão de conhecimentos sem permitir a apropriação dos mesmos pelos agricultores.

E estão sendo desenvolvidos em alguns municípios pertencentes aos territórios rurais recém-constituídos pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Participação dos atores do território nos projetos da Embrapa: análise preliminar para o estabelecimento de um diálogo interinstitucional

Os projetos da Embrapa, implantados no âmbito do Fome Zero em municípios do Território do Sisal, têm como proposta democratizar o acesso às informações técnico-científicas e socializar conhecimentos gerados pela Empresa e parceiros sobre tecnologias de baixo custo e fácil apropriação pelos agricultores familiares, por meio da gestão da informação e da divulgação de C&T com uso de linguagem simplificada e de tecnologias de comunicação (rádio, vídeos, cartilhas) e de informação (internet), buscando a inserção desses agricultores no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Dentro dessa perspectiva, esse estudo busca compreender se os projetos da Embrapa de gestão da informação e de divulgação de C&T em desenvolvimento no

⁹ O Fome Zero que inicialmente denominou-se como um programa é uma estratégia conformada por um conjunto de programas, projetos e ações de diversos órgãos do Governo Federal, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, por meio do acesso aos alimentos e à inclusão social. (www.fomezero.gov.br/o-que-e-).

Território do Sisal constituem um processo de comunicação interativa (participativa e dialógica), com vistas ao estabelecimento de um diálogo interinstitucional, isto é, entre a empresa, os atores sociais e os demais atores institucionais, e que contribua para o desenvolvimento sustentável desse território rural.

Para essa análise, busca-se a relação entre divulgação científica e tecnológica, comunicação interativa e socialização do conhecimento quanto ao uso de linguagem simplificada e dos meios usados para a divulgação, bem como da perspectiva de igualdade de participação dos atores envolvidos nesses processos comunicativos.

O tratamento dado pela divulgação de C&T às palavras para tornar a linguagem científica e tecnológica inteligível e acessível, mais próxima da linguagem cotidiana considerando o saber e a cultura próprios do grupo ou comunidade tem interesse especial para esse trabalho. Pois, busca-se aqui analisar a existência de processo dialógico-comunicativo nos projetos da Embrapa, em execução no Território do Sisal.

Em seu estudo conceitual, Paulo Freire caracterizou a comunicação como diálogo: “o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicação” (FREIRE, 1977, p. 68).

A partir dessa provocação surgiu uma nova orientação metodológica de comunicação, a comunicação participativa ou dialógica, assentada no modelo teórico da comunicação como Diálogo e que se sobrepõe à proposta de difusão tecnológica.

O conceito de comunicação dialógica de Paulo Freire (1977) torna-se cada vez mais atual, nesse momento em que a interatividade promovida pelas novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet, quebram a unidirecionalidade das comunicações e possibilitam um processo de diálogo entre sujeitos mediado pelas tecnologias.

Participação, conforme Peruzzo (2004, p. 78), “não qualifica necessária e automaticamente o substantivo democracia”. Por isso é preciso ter claro de que tipo de participação no processo comunicativo se está falando, pois esta abrange uma diversidade de processos, formas, níveis e intensidades.

Para essa autora existem três diferentes modalidades de participação: i) a Participação Passiva - caracteriza-se pela postura de conformismo do espectador, dentro de uma estrutura de decisão verticalizada e de poder autoritário. Nesse caso, o nível de participação do espectador nas ações de comunicação é sempre ocasional; ii) a

Participação Controlada – onde a postura do espectador é, em geral, de concessão. A estrutura de decisão vigente é parcial e fragmentada e a de poder é descentralizada, porém restrita e limitada. O nível de participação do espectador nas ações de comunicação mostra-se ocasional ou sistêmico, quando estimulado; iii) e a Participação-Poder – quando o espectador tem postura ativa e autônoma, as decisões são tomadas coletivamente e de forma horizontalizada (pelas instancias/estrutura envolvidas), o poder é sempre partilhado e o nível de participação nas ações comunicativas é sempre sistêmico, pois toma parte no planejamento e na definição das ações (PERUZZO, 2004, p. 143-145).

A partir das modalidades apresentadas por Peruzzo (2004), de participação dos atores nas ações comunicativas, é possível apresentar alguns resultados preliminares baseados na análise de observações feitas durante pesquisa de campo desse estudo, quanto à identificação dos tipos e limitações de participação que os projetos de divulgação de C&T e de sistema de gestão da informação em execução pela Embrapa no Território do Sisal suscitam nos agricultores familiares e em suas organizações representativas. E também analisar a adequação da linguagem adotada nesses projetos à realidade dos agricultores e jovens rurais do território.

Em relação ao programa radiofônico *Prosa Rural*

O programa radiofônico semanal *Prosa Rural* é produzido desde 2003 pela Embrapa para a região do semiárido nordestino, em parceria com as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs), e coordenado por sua unidade de serviços, a Embrapa Informação Tecnológica (Brasília-DF).

É veiculado, de forma espontânea e gratuita, em nove rádios comunitárias de sete municípios do território. A cada semana o programa leva ao agricultor uma tecnologia ou prática agropecuária de baixo custo, fácil apropriação e com o mínimo de impacto ambiental. Apesar de os programas serem veiculados pelo menos uma vez por semana em dia e horário fixos, o mesmo apresenta limitações, que conduzem a algumas modalidades de participação dos ouvintes (agricultores familiares, jovens rurais, lideranças locais, donas-de-casa).

A primeira limitação é a possibilidade de os dias e horários de veiculação – que são de definição exclusiva das emissoras de rádio – não serem os mais adequados para atender aos hábitos e aos recursos tecnológicos disponíveis pelos agricultores do

território. Nesse caso o nível de participação dos agricultores e jovens seria muito limitado ou inexistente.

A segunda limitação diz respeito à definição dos temas/assuntos a serem veiculados, na qual a participação dos agricultores e de suas organizações representativas (sindicatos, cooperativas, federações, associações, etc.) ocorre indiretamente, em geral por meio de cartas, telefonemas ou e-mails para os centros de pesquisa da Embrapa, ou os mesmos a fazem esporadicamente durante reuniões e eventos de transferência de tecnologia promovidos pela Empresa.

A análise preliminar mostra que a participação dos atores territoriais no programa, como agricultores, movimentos sociais, emissoras de rádio e técnicos pode ser caracterizada como **Passiva**, pois se limita à concessão de entrevistas para o quadro “Fala Produtor” e, ainda assim mediante a indicação dos centros de pesquisa ou OEPAs responsáveis pelo tema veiculado.

Mas, quando ocasionalmente a coordenação do programa em Brasília-DF promove ações de estímulo, incentivadas por premiações e pelo envolvimento direto das emissoras de rádio, percebe-se a **Participação Controlada** dos atores sociais locais, por meio do envio de poesias, receitas, perguntas impressas ou mesmo gravações para serem levadas ao ar, via telefone (linha 0800 disponibilizada pela coordenação do Prosa Rural, na Embrapa Informação Tecnológica, em Brasília-DF).

A terceira limitação refere-se à não-adequação plena dos temas veiculados semanalmente. Como o programa aborda temas de interesse regional, algumas práticas ou tecnologias apresentadas não são comuns ou adequadas às necessidades tecnológicas e ambientais específicas dos sistemas de produção do Território do Sisal.

Com relação à linguagem adotada nos programas, a avaliação da maioria dos responsáveis pelas rádios comunitárias e dos representantes dos movimentos sociais do campo no território, ouvidos na fase de observação da pesquisa de campo, é que a mesma é de fácil compreensão, devido à adoção de expressões regionais, uso de exemplificações para explicar termos técnicos e de radiodramas.

Em relação ao projeto *Minibibliotecas*

O projeto *Minibibliotecas* oferece para escolas de ensino fundamental e médio de áreas rurais um acervo formado por cartilhas, livros, vídeos e CDs. Seus objetivos são estimular nos estudantes o interesse pela leitura e busca de informações, e fazer com



que os conteúdos que apresentam inovações nas práticas agropecuárias e ambientais cheguem a seus pais, vizinhos e parentes – que em geral são agricultores familiares. Além de funcionar como apoio às ações da escola voltadas para as comunidades locais.

Onze escolas, em 10 municípios do território, contam com o projeto *Minibibliotecas* em funcionamento desde 2005, os outros 10 municípios receberam o acervo em novembro de 2008.

A primeira limitação das Minibibliotecas no processo de participação dos atores envolvidos na ação comunicativa é o baixo aproveitamento dos recursos multimídias (cartilhas, vídeos e CDs) que compõem o acervo e de seus conteúdos em projetos que visem à educação para as mídias e o uso de mídias no processo educativo como, por exemplo, promover debate em sala de aula sobre os temas propostos pelo acervo, e a partir daí fazer a contrastação com as técnicas agropecuárias praticadas pelas comunidades locais.

A segunda limitação do projeto está relacionada aos temas que, apesar de abordarem tecnologias para convivência com o semiárido, carecem de apropriação às especificidades do Território do Sisal, como cartilhas e vídeos sobre a cultura do sisal, ou plantio de feijão carioca e aporé (variedades produzidas nos municípios do território e vizinhanças).

A modalidade de participação dos atores locais envolvidos nas *Minibibliotecas*, como a direção das escolas, professores, alunos, secretarias de Educação e de Agricultura, agricultores e técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) pode se caracterizar como **Passiva** no que se refere à produção dos conteúdos de informação que constituem o acervo do projeto, uma vez que mesmo sendo protagonistas do projeto os mesmos não participam da elaboração do acervo.

A linguagem adotada nas Minibibliotecas é avaliada por professores e alunos como sendo didática e adequada aos estudantes e comunidade local, além de ser complementada pelo uso de ilustrações, textos curtos e recursos multimídias, que enriquecem as informações e facilitam a compreensão.

Em relação ao Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território

No que se refere ao Núcleo Piloto do Agrofuturo, a principal limitação quanto à participação e comunicação, localiza-se na necessidade dos agricultores e jovens rurais

de acesso à internet e aos conhecimentos informacionais para utilizar os recursos oferecidos pela Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal, desenvolvida para a Agência de Informação no sistema Web. Primeiro porque ainda existe cerca de seis municípios do território que não dispõem de qualquer tipo de acesso à rede de internet (Lamarão, Nordestina, Candeal, Quinjigue, São Domingos e Itúba).

Nos outros catorze municípios que têm acesso à internet, o acesso é limitado às escolas, órgãos públicos ou sedes dos movimentos sociais. E apenas seis municípios (Monte Santo, Serrinha, Conceição de Coité, Retirolândia, Teofilândia e Tucano) contam com Telecentros Comunitários ou escolas digitais (Casa Brasil de Valente).

O nível de envolvimento dos agricultores na produção de informações para a Árvore do Conhecimento da Agricultura Familiar do Território do Sisal pode ser caracterizado como de **Participação Controlada**. Pois os mesmos participam de reuniões e seminários promovidos por suas respectivas organizações para levantar e priorizar os temas, mas não participam do processo de elaboração dos conteúdos, da avaliação e atualização dos mesmos.

Território do Sisal: unidade de políticas públicas para o desenvolvimento rural

A importância da introdução da agricultura sisaleira na região do semiárido baiano, seja sob o aspecto econômico, social ou ambiental, além de denominar por décadas a região, garantiu a formação do recém-criado Território do Sisal, que se inseriu na região com todos os problemas que essa apresenta. Porém, sob outras concepções, quais sejam a da organização, do desenvolvimento territorial rural e da sustentabilidade.

O Território do Sisal surgiu a partir de uma concepção territorial do atual governo federal para o desenvolvimento sustentável do espaço rural brasileiro, como um território rural para dar suporte aos atores locais, integrar as políticas públicas e promover o desenvolvimento sustentável rural.

Essa concepção deu origem, em 2004, à criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e à implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) que instituiu, até 2008, 164 territórios rurais sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa representa uma inovação por constituir arranjos intermunicipais, que se fundamentam



na ideia de territórios de identidade, como unidades-objeto das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Em 2007, com a mudança na administração do governo estadual, a mesma adotou novas orientações, incorporando em suas estratégias de planejamento com recorte territorial, a noção de identidade simbólica e social, que resultaram na configuração dos territórios rurais em “Territórios de Identidade”, que se caracterizam por apresentarem laços de proximidade, tanto geográficas dos municípios quanto características sociais, culturais, ambientais e de atividades econômicas comuns.

No Território do Sisal, cuja economia é eminentemente rural, há mais de 20 instituições que atuam na organização e formação política e sindical dos trabalhadores rurais, nas áreas de crédito, pesquisa, assistência técnica, educação, políticas públicas entre outras, e caracterizam um elemento aglutinador desse território de identidade. Em diagnóstico¹⁰ realizado em 2007, Sayago (2007, p.98) cita que “o poder de organização é marcante na Região Sisaleira e tem forte presença do Pólo Sindical”.

Esses atores institucionais têm contribuindo para a reorganização do território e o seu desenvolvimento rural sustentável, interferindo principalmente quanto às formas de convivência da propriedade produtiva com o semiárido, a partir da diversificação da base produtiva e de tecnologias adequadas às condições naturais da região, bem como na implantação de ações comunicativas e de mobilização e na formatação de poderes estabelecidos no local.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é um desses atores. Trabalhar a informação por meio de ações comunicativas tem sido uma das linhas de atuação mais fortes do MOC para a mobilização de jovens rurais e para a integração dos agricultores familiares. Para consolidar e perenizar a comunicação, a organização passou a acompanhar de perto o crescimento da radiodifusão comunitária na região.

Desde 1997, as rádios comunitárias começaram a ganhar destaque nos municípios que compõem o território, principalmente na difusão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Ação que, em 2004, resultou na criação da Associação de Rádios e Tevês Comunitárias do território Sisaleiro (Abraço-Sisal). Desde então, o MOC tem dado apoio, capacitação e assessoramento aos parceiros e

¹⁰ Em 2007 a Embrapa contratou a realização de um diagnóstico para o programa Agrofuturo, que resultou no documento Linha de Base – Território Grande Dourados/MS, Território Sisal/Ba, Território Nordeste Paraense/PA, elaborado por Doris Sayago, em maio de 2007.

integra, desde 2003, a rede de divulgação do programa radiofônico da Embrapa Prosa Rural e o adota em suas ações de mobilização e capacitação de jovens.

O território conta com uma população de aproximadamente 590 mil¹¹ habitantes. Desse total 63% encontram-se na área rural. Esse dado reflete também a configuração da estrutura fundiária, pois no território existem 65 mil estabelecimentos rurais, dos quais 93% são de base familiar e ocupam 57,7% da área total de 1,33 milhões de hectares. Os mais pobres correspondem a 65% da população total dos municípios e desses 69,9% estão na área rural, segundo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), que é vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O Território do Sisal é formado por 20 municípios que apresentam proximidade geográfica e características comuns de clima, vegetação, solo, atividade econômica e cultural e coesão social. Os municípios que constituem o território são: Araci, Barrocas, Biringinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quinjigue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Considerações Finais

A partir das observações iniciadas na pesquisa de campo, percebe-se que esses projetos representam um avanço no diálogo e na comunicação da Embrapa para e com os agricultores familiares, assim como em ações territoriais com o objetivo de estabelecer canais sistemáticos de diálogo e parceria com esses atores e suas representações.

Porém, ainda é sentida a presença de métodos difusionistas nessas ações de comunicação, voltados para o convencimento dos agricultores a adotarem inovações e tecnologias, que nem sempre correspondem às demandas ou necessidades dos mesmos, e têm como objetivo final apenas o aumento da produtividade agropecuária.

Além de ainda não permitirem uma socialização de conhecimentos e saberes no território, em razão da fragilidade na articulação desses projetos com os movimentos sociais e demais instituições públicas do território.

Essa realidade reforça a necessidade de potencializar a atuação do *Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território do*

¹¹ Atualização feita pela autora do trabalho, a partir da estimativa populacional do IBGE para o ano de 2008.

Sisal, fisicamente instalado no município de Valente (BA), para atuar com os atores institucionais e sociais na identificação de temas relevantes para o território. Além de estimular a participação direta desses agricultores por meio da produção de conteúdos, a partir de seus saberes próprios, e na avaliação periódica dos resultados dos projetos nos municípios, quanto à adequação dos temas, da linguagem e grau de apropriação das inovações divulgadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

BORDENAVE, J. E. Diaz **Além dos meios e mensagens – Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. **O que é participação**, 2ª ed., São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

CALLOU, Ângelo B. – **Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável**. In: TAVARES, J. R. e RAMOS, L. (Org) - *Assistência Técnica e Extensão Rural: Construindo o Conhecimento Agroecológico*. Manaus, AM: IDAM, 2006, 128 p.

DAGNINO, R. e THOMAS, H. **Planejamento e Políticas Públicas de Inovação: Em direção a um Marco de Referência Latino-Americano**. Planejamento e Políticas Públicas, nº 23. Brasília: IPEA, 2001.

FREIRE, P. – **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 1977.

RODRIGUES, C. M. **Estado e Seletividade de Políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil**, Tese de Doutorado defendida na Universidade de Brasília, Brasília-DF, 1994.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**, 3ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

THIOLLENT, M. **Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização**, In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília-DF, v.1, n.1, jan/abril de 1984, p. 43-51.

EMBRAPA. **Política de Comunicação**, 2ª ed., versão ampliada, Brasília: Embrapa – ACS, 2002. 100 p.

SDT/MDA - **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território do Sisal – Bahia**, 2006, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).